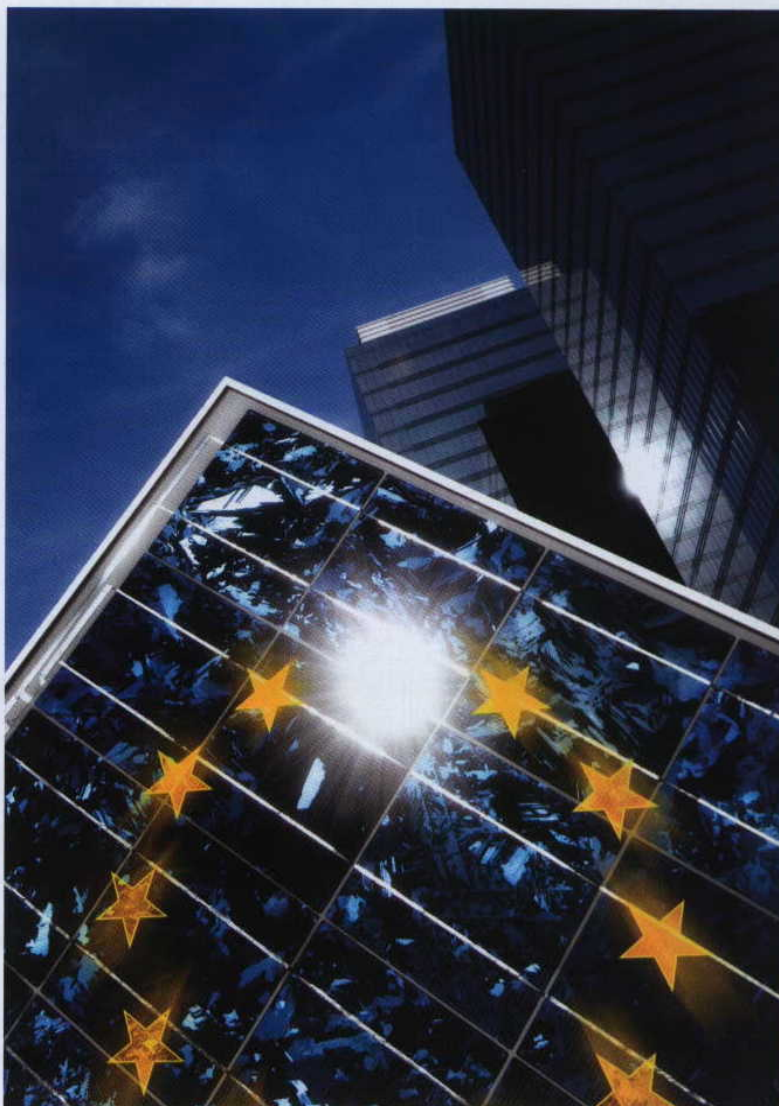


**EUROPA**

POR | FILIPA CARDOSO

Plano Nacional de Acção para as Energias Renováveis Enquanto se espera pela versão final...

Dois meses depois do final do prazo dado pela Comissão Europeia (CE) para a entrega dos Planos Nacionais de Acção para as Energias Renováveis (PNAER), continua-se, até ao fecho desta edição, à espera de que a versão final do documento português seja publicada. O PNAER português deverá ser conhecido em Setembro e resulta, em parte, dos contributos e sugestões feitos às duas versões provisórias que estiveram para consulta pública durante este Verão.



© European Union

30 de Junho de 2010 foi o prazo dado pela Directiva Europeia para as Renováveis (2009/28/CE) aos Estados-Membros para que entregassem junto da CE os seus PNAER's, com a descrição da a estratégia de cada país para o aumento da utilização das fontes de energias renováveis (FER), com vista a alcançar as metas europeias para 2020. Apenas a Dinamarca e a Holanda conseguiram cumprir com o prazo, enquanto os restantes países

foram progressivamente entregando o documento, estando ainda alguns em falta (Bélgica, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Polónia, Roménia e Eslováquia). À medida que são entregues à CE, os planos de cada Estado-Membro são publicados no sítio online da Plataforma de Transparência e apesar de haver já uma versão do plano português disponível desde meados do mês de Agosto, de acordo com a Associação de Energias Renováveis

- APREN e o Gabinete do Secretário de Estado da Energia (GSEEI), a versão oficial final só foi finalizada e aprovada pelo secretário de Estado da Energia, Carlos Zorrinho, na última semana de Agosto. A revista Climatização tentou obter junto das entidades acima referidas a versão final, mas foi remetida pelo GSEEI para o sítio online da CE. Até ao fecho desta edição, aguardava-se a publicação do documento aprovado. Entre 2 e 21 de Junho, a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG) colocou uma primeira versão do PNAER em consulta pública e foram várias as críticas que se fizeram ouvir, como as do Professor Eduardo de Oliveira Fernandes, que segundo afirmou ao Jornal de Negócios, considerou o documento "tecnicamente inadmissível" e no qual se confundem as noções de energia primária e final. A APREN apresentou também as suas considerações face ao documento, das quais se destacam a falta de uniformidade dos dados de base, "o cenário de evolução do consumo total de energia final demasiado elevado", com impacto das medidas de eficiência energética inferior àquele previsto pela APREN, a "relutância em ultrapassar as metas definidas, quer a meta global de 31% de renováveis, quer a meta do sector da electricidade de 60%" - isto porque "nalguns casos é clara a capacidade nacional em fazer melhor" -, o que resulta num "plano pouco ambicioso e com resultados menos conseguidos". Tendo em conta os contributos submetidos, o Governo procedeu a algumas alterações e voltou a publicar a 14 de Julho uma segunda versão, que foi, posteriormente, sujeita a alterações que deram, assim, origem à versão final ainda não disponível. Segundo a APREN, que se encontra actualmente a preparar a sua avaliação do documento final, as "alterações não são muitas e estão numa tabela".

Recorde-se que, no sentido de auxiliar os Estados-Membros na elaboração dos PNAER's, a Comissão Europeia publicou um documento modelo a seguir e lançou o projecto REPAP2020, do qual resultaram os Roteiros Nacionais para as Energias Renováveis. No caso português, a entidade responsável pela sua elaboração foi a APREN.

Versões provisórias

Em análise às versões que estiveram em consulta pública, destaca-se que são tidos em consideração dois cenários, sendo que o mais conservador em matéria de crescimento económico é aquele que servirá de base de desenvolvimento para o PNAER (A). O segundo "pressupõe um maior crescimento económico para Portugal, a partir de 2013, o qual encontra resposta nas medidas previstas na nova ENE 2020". Na versão de 14 de Julho, perspectiva-se que, de acordo com o cenário.

A, o consumo energético seja de 19.094 ktep em 2015 e de 20.082 ktep em 2020. Tendo ainda em consideração um cenário de eficiência adicional, ou seja, onde se incluem as medidas de eficiência energética previstas na Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE2020), é apresentado um cenário de "eficiência energética adicional", no qual o consumo total em 2020 é reduzido para os 19.467 ktep. Desta forma, no sector do aquecimento e arrefecimento (A&A), o Plano prevê que, nessa altura, este sector represente 42,1% do total (8.197ktep).

De seguida, o PNAER inclui uma lista de objectivos e trajectórias para as energias renováveis. Para meta global, o documento aponta para uma quota de renováveis no consumo final bruto de energia em 2020 de 31%. A nível sectorial, no A&A as metas do Governo apontam para uma quota de 30,6%. O sector é visto como um "caso singular, dado que não se projecta um aumento da sua contribuição ao longo do período em análise (2005-2020)", o que será provocado por uma presumível diminuição da contribuição da lenha no sector doméstico face à introdução do gás natural; um aumento gradual da contribuição de outras tecnologias de A&A, nomeadamente o solar térmico "em linha com as previsões do Plano Nacional de Acção para Eficiência Energética (PNAEE) até 2020"; e a substituição das tecnologias de baixo rendimento por outras de desempenho superiores.

No que toca às medidas propostas para atingir estas metas, o Governo propõe-se a agir em várias áreas. Na fiscalidade, com o intuito de



EUROPA

Comentários da APREN



António Sá da Costa, presidente da APREN

Foto: Ricardo Gomes

no cenário com eficiência energética, o que nos parece insuficiente. A APREN previu uma redução de 10% relativamente aos valores de 2005. Este valor foi obtido com base na aplicação das medidas de eficiência energética definidas no PNAEE", defende a associação. Ainda em referência à primeira versão do documento, a APREN elaborou uma série de sugestões de medidas a ter em conta, entre elas a previsão de que é possível "ultrapassar as metas definidas, quer a meta global de 31% de renováveis, quer a meta do sector da electricidade de 60%" - isto porque "nalguns casos é clara a capacidade nacional em fazer melhor". Relativamente ao sector do A&A, em particular o solar térmico, a APREN apelou à aplicação de colectores solares não só para as águas quentes sanitárias, mas também para o aquecimento e arrefecimento e para o calor de processo e considera que existe "uma grande diferença entre o potencial nacional, a partir do qual se construíram os cenários, e o aproveitamento previsto pelo PNAER", que prevê uma "diminuição da incorporação de fontes de energias renováveis no sector ao longo da década". No sector dos edifícios, a associação portuguesa defendeu que as principais medidas deveriam ser ao nível do hardware, ou seja, dos materiais e das técnicas de construção, e que deveriam ser criadas medidas específicas para o retrofit térmico das edifícios existentes. A questão da diminuição do IVA para equipamentos que usem FER no contexto doméstico foi outra das sugestões, assim como a continuidade do Programa Solar Térmico e a necessidade de alterar "a legislação actual e substituir a exigência de 1m² de colector solar por pessoa nos novos edifícios por uma obrigatoriedade de fornecimento de uma determinada quantidade de água quente aquecida por energia renovável por pessoa, em função da zona do país".

Sendo uma das entidade protagonistas no sector das energias renováveis em Portugal, a APREN foi uma voz a ter em consideração na elaboração do PNAER. Neste momento, a associação está a fazer a sua avaliação da versão final que será entregue à CE, pelo que os comentários que se seguem dizem respeito às versões preliminares do PNAER que estiveram disponíveis para consulta pública. Um dos pontos de maior discórdia prende-se com os valores considerados de consumo final bruto de energia final, sendo que a APREN considera que aqueles que são apresentados no Plano são demasiado elevados. "Propomos a alteração do cenário base de consumo ao longo da década, a par das medidas adicionais no sector da conservação e uso eficiente da energia para que se atinjam objectivos mais ambiciosos ao nível da evolução do consumo". Esta tinha sido uma crítica já feita na primeira versão, comparativamente com os valores avançados pela associação no Roteiro Nacional para as Energias Renováveis (17.627 ktep num cenário que inclui as medidas de eficiência energética). "O PNAER prevê no cenário base um aumento do consumo de energia total de 2.6%, e praticamente a manutenção do consumo de 2005



No sentido de auxiliar os Estados-Membros na elaboração dos PNAER's, a Comissão Europeia publicou um documento modelo a seguir e lançou o projecto REPAP2020, do qual resultaram os Roteiros Nacionais para as Energias Renováveis. No caso português, a entidade responsável pela sua elaboração foi a APREN.

"promover a utilização das FER e a eficiência energética", vai criar-se uma "task-force ou grupo de trabalho para rever o enquadramento fiscal no sector da energia com o objectivo de corrigir algumas assimetrias actualmente existentes". No sector do A&A, pretende-se a "regulamentação das especificações necessárias para a injeção do biometano e do biogás na rede GN", "potenciar a utilização de equipamentos mais eficientes na utilização de biomassa, com baixas emissões de partículas", promover o consumo interno de pellets através da aquisição/substituição doméstica de caldeiras a pellets".

Na área dos edifícios, as medidas propostas são a "revisão as regras de propriedade horizontal referentes às relações do condomínio", no sentido de "garantir a possibilidade de um inquilino individual, em edifícios existentes, efectuar a instalação de colectores solares, unidades micro e miniprodução de energia, ou outros equipamentos e soluções energeticamente eficientes, na parte comum do edifício". Para além disso, está ainda incluída a revisão da legislação da Certificação Energética e Qualidade do Ar no interior dos edifícios (para a qual estão já a decorrer os trabalhos).

Esta versão provisória do PNAER estima ainda o contributo total previsível de cada tecnologia de energias renováveis para o sector do A&A, sendo que a maior contribuição será da biomassa (2.322 ktep), seguido pelo solar (160 ktep) e depois a geotermia (25 ktep). Para o solar térmico, de acordo com esta versão do PNAER, prevê-se "um crescimento médio anual de 12% entre 2010 e 2020".